

PALÁCIO FOZ



Índice:

Notícia Histórica.....	3
Património Artístico.....	6
Átrio.....	9
Vestíbulo.....	10
Galeria.....	11
Sala da Lareira.....	13
Sala dos Espelhos.....	14
Sala Luís XVI.....	15
Galeria dos Bustos.....	17
Sala dos Painéis.....	18
Sala de Jantar.....	19
Biblioteca.....	20
Abadia.....	21
Sala da Praça.....	23
Jardins Interiores.....	24

NOTÍCIA HISTÓRICA

O Palácio Foz, ou mais correctamente Palácio Castelo Melhor, foi concebido como projecto no século XVIII, tendo-se arrastado a sua construção até meados do século passado. Embora a fachada e estrutura geral possam ser consideradas características da arquitectura setecentista já liberta da influência barroca para se subordinar ao “gosto novo” italiano, o interior, refundido posteriormente, tem decoração de carácter “revivalista”, muito em voga na segunda metade do século XIX.



O local onde se ergue o edifício apresenta hoje, como se sabe, fisionomia bem diversa da que ostentava pouco antes da respectiva fundação. Existia ali, então, um extenso terreno cultivado, as hortas “de Valverde” e “da Cera”, sobre as quais foi construído e plantado, depois de 1755, o “Passeio Público do Rossio”, jardim gradeado concebido pelo arquitecto Reinaldo Manuel, que ia do largo do mesmo nome até à Praça da Alegria, entre as ruas chamadas “Oriental” e “Ocidental”, e que teve a sua inauguração em 1764. Era primitivamente cercado de muros revestidos de hera e louro, com quinze janelas de grade de cada lado, sendo mais tarde gradeado em toda a volta e beneficiado com a construção de três lagos. Este jardim constituiu, durante muitos anos, o centro de reunião da sociedade lisboeta, e foi, ao que parece, com grande desgosto, que se assistiu à sua demolição em 1879, para a abertura da Avenida da Liberdade, tendo chegado a esboçar-se, a esse respeito, um forte movimento de protesto.

No seu limite oriental erguia-se um velho palácio onde residia, nos meados do século XVIII, o 4º conde (e mais tarde 1º marquês) de Castelo Melhor, D. José Vasconcelos Sousa Câmara Faro e Veiga. Como o terramoto de 1755 tivesse arrasado o edifício, tornou-se necessário proceder a nova construção, optando-se desta vez pela zona ocidental das hortas, junto ao decadente palácio contíguo à já então existente rampa da Glória, que havia em tempo sido propriedade dos condes de Castanheira.

Ignora-se o nome do autor do traçado do Palácio, durante muitos anos atribuído ao arquitecto italiano Francisco Xavier Fabri. Os biógrafos seus compatriotas, nomeadamente Somoggia e até o nosso Ayres de Carvalho são coincidentes na inviabilização dessa hipótese, já que mencionam a sua chegada a Portugal por Tavira, em 1790, a convite do bispo da Diocese do Algarve, D. Francisco Gomes de Avelar, a fim de proceder a restauros na Sé de Faro, severamente atingida pelo Terramoto. Quando da sua chegada a Lisboa, por solicitação do Marquês de Castelo Melhor já há mais de duas décadas se tinha iniciado a nova construção. É no entanto quase certo que



tenha presidido às obras até à sua morte, em 1807. Os trabalhos ficaram então suspensos, para serem retomados em 1846. A inauguração, realizada com especial solenidade no que respeita a capela consagrada a Nossa Senhora do Amor de Deus, o mais rico templo privado da Lisboa de então, data de 1858. A família Vasconcelos instalou-se por fim na nova residência, sendo

então ordenada a demolição do velho Palácio dos Condes de Castanheira, onde até então tinha permanecido, em condições necessariamente precárias. Pouco se sabe acerca do interior do Palácio Castelo Melhor excepto que, a avaliar pela referida Capela deveria ser uma mansão sumptuosa, recheada de madeiras exóticas especialmente enviadas do Brasil pelo irmão do Conde, D. António Vasconcelos, à data Governador do Grão Pará.

Pouco tempo usufruiu a família da casa que quase cem anos antes mandara edificar (é para o ano de 1777 que convergem as opiniões relativas à sua fundação). Em 1889 a sexta Marquesa, D. Helena, vendeu-o e a Tristão Guedes de Queiroz Correia Castelo Branco, senhor de alguma linhagem herdada da pequena nobreza rural do norte, com antepassados que foram ostentando os títulos de barão, visconde e conde. Tinha residência num palacete às Chagas, onde se dedicava ao comércio de arte (o “coleccionismo”, de melhor ou pior qualidade, estava então na moda). Esta actividade e o exercício de funções públicas para que era frequentemente nomeado granjeara-lhe larga fortuna, pelo que resolveu estabelecer-se em 1888 no Palácio Castelo Melhor que se debruçava já sobre a Avenida, aberta quase dois anos antes. Alugou-o nessa data à Marquesa viúva, comprando-lho logo no ano seguinte, em negócio não de todo transparente. Tinha então o título de Marquês da Foz.

Seguem-se, em resumo, as razões desta suspeita. Sendo Tristão Guedes à data, administrador da Companhia Real do Caminho-de-ferro e havendo que fazer passar um túnel para circulação das composições entre a Estação Central e o limite da cidade (hoje Campolide), optou por fazê-lo abrir na encosta de S. Roque de forma a mergulhar sob a rampa da Glória um pouco a ocidente do torreão norte do edifício. Esta estratégia permitia-lhe expropriar assim a fidalga, à excepção de um pequeno trecho de jardim, e por razões de utilidade pública, dos valiosos terrenos que constituíam o parque da residência. Entalado entre os novos espaços agora atribuídos aos caminhos-de-ferro e a Avenida, aberta em 86, o velho Palácio, que durante mais de um século fora pertença de uma das mais antigas e ilustres famílias portuguesas, ter-se-ia assim transformado em presa fácil para o Marquês, estereótipo do seu tempo, homem de ostentação e amante das festas de “Boulevard”, que em poucos meses o adquiriu, ao que consta, por preço razoável. Durante uma dúzia de



anos, não mais, pertenceu o edifício ao titular da Foz, que nele introduziu tais modificações e de tal forma o recheou de património que, à excepção das paredes exteriores e da grande e rica capela pouco ficou que lembrasse os Castelo Melhor. Encarregou um prestigiado arquitecto, José António Gaspar, do desenho e construção dos interiores, que os fez como se de obra nova se tratasse. Ao escultor e entalhador Leandro Braga,

o mais talentoso entre nós e ao nível dos melhores congéneres europeus do tempo, atribuiu a responsabilidade da decoração. A ambos concedeu os mais amplos poderes para contratar e encomendar quem e o que entendessem, com o único limite da sua aprovação final. Trabalhando em estreita colaboração e respeitando, como já se disse, a capela, chamaram a participar nas obras um grupo de artistas notáveis na época, a começar pelo escultor Simões de Almeida que se ocupou da fachada: enriqueceu as molduras das sacadas, acrescentou o frontão do torreão norte armoriando-o, assim como ao seu igual a sul, construiu uma balaustrada coroada de pináculos e assentou, por fim, nos acrotérios grupos escultóricos de talhe cuidado e razoável proporção. O telhado foi substituído por uma alta mansarda francesa, estudada em Paris, na qual fez rasgar cinco janelas, também de sacada, separadas por quatro óculos ovais, e debruçadas sobre troços de balaústres limitados por sólidas urnas de cantaria. Aqui, diz-se, mandou o marquês e mais ninguém, embora quem a veja de longe fique desde logo com a ideia de que vindo, como veio, altear o edifício, como que lhe acrescentou o andar que Xavier Fabri, cem anos antes tinha riscado, embora tal nunca tivesse passado do papel. Sem ela, enfim, a obra do escultor pouco ou nenhum sentido faria.

PATRIMÓNIO ARTÍSTICO

Deste brilhante conjunto, sem dúvida “à francesa”, a recriar a estética dos Luíses, ressalta, palmo a palmo, dos parquetes às cúpulas, uma aura de ostentação construída à força do ritmo dos volumes e da profusão decorativa; mas é de qualidade e de talento que ela é feita, e não de banalidades, como então se via em quase toda a parte. No Palácio trabalharam, porventura, na pedra, na talha, na pintura e nos estuques, nos dourados, espelhos e cristais, os melhores artesãos da época, em autêntico espírito de equipa, a dar vida aos espaços rasgados pelo traço do arquitecto. A dirigi-los estava o decorador habilíssimo que foi Leandro Braga, figura simples, quase rústica de minhoto que, não descurando a pompa inevitável que o estilo impunha, repassava, em discretos pormenores, os ambientes, de uma qualquer coisa antiga e muito nossa que lhes dava conforto e até intimidade.

Durante doze anos o Palácio foi do marquês, já disse atrás. Reconstruído e decorado como vimos, dotou-o então da mais rica colecção de arte que alguma vez houve entre nós. Uma versão mais, mas só na aparência, daqueles “bricabraques” da moda de que no princípio se falou, como tivera e perdera anos antes o conde d’Aupias, e tinham ao tempo os Burnays da Junqueira, os Farrobos ou os Holsteins.



Tratava-se, de um acervo de milhares de peças de primeira escolha, adquiridas com critério, de acordo com a sua fina sensibilidade, desde o mobiliário às porcelanas, de uma variedade indescritível, que tinham sempre em comum o valor e a qualidade. A título de exemplo diremos que móveis havia-os, genuínos, do século dezasseis e, do seguinte, e, se só mencionarmos arcas, contadores e escritórios hispano-árabes, mouriscos, indianos e do extremo oriente, para cima de duas dezenas. Entre os cento e cinquenta quadros de cavalete figuravam obras de Rubens e Joardens, Rembrandt, Sneyders, Velasquez, Memling, Bosch, Lebrun, Ribera, Cranach e não há que dizer mais, porque estes foram como cartas tiradas à sorte do baralho... Tapeçarias de Beauvais,

Aubusson ou Bruxelas, estavam pela casa toda, alternando com Gobelins, colchas da Índia bordadas e aqueles a que se chama panos de Arrás. Porcelanas de Saxe, de Sèvres de Capo-di-Monti e de Chelsea, a par das mais delicadas da China, incomparáveis, seja pelo desenho e pela pasta, seja pela graciosidade da forma, que nesta matéria nós, europeus, nunca fomos mais que discípulos, posto que aplicados, mas não as alcançámos, nem de perto, em virtuosismo e perfeição.

Biscuits, “chagrins”, charões, mármore, cadeiras de espaldar avulsas e em conjunto, consolas e tremós, não tem descrição, pela variedade e valor, o acervo que esta casa tinha então. Tornaram-se famosas as festas quase diárias na residência para onde convergia a nata da frívola sociedade lisboeta, ávida dos recitais (a ópera, e dela, Verdi e Puccini eram os mais ouvidos), dos

banquetes feitos com requinte para centenas de comensais, das atracções diversas (um conde, parece que húngaro, lançador de facas, provocava desmaios na assistência quando as lâminas se cravavam, secamente, no alvo, a centímetros da esposa ou amante). Mas o ponto alto era sempre, parece, o baile no magnífico salão Luís XV, engalanado a rigor.



O dealbar do século pôs, porém, ponto final, com o súbito declínio da fortuna do proprietário, às festas na mansão. A 6 de Maio de 1901, um monumental leilão levou à praça todo o seu recheio, juntamente com os bens do irmão, José Guedes de Queirós. Ao passar os olhos pelos mais de oitocentos e cinquenta artigos do catálogo, apercebemo-nos que tudo estava à venda, excepto as paredes exteriores, erguidas pelo Castelo Melhor. Até a famosa grade das oficinas Moreau que emoldurava a grande escadaria, assim como o respectivo lampião, que felizmente ainda lá permanecem. E também o tecto que tinha sido dos Jerónimos, e foi comprado por ordem do Rei.

A muitas peças que integravam o leilão não foi atribuído número, ou por falta de tempo para o fazer, ou porque dele não fossem merecedoras. É o caso de alfaias, estufas e plantas dos jardins assim como, o que é significativo e pode ler-se no texto que remata o catálogo, “todo o resto de mobília existente no palácio”. Da mesma forma, e para que se possa imaginar a grandeza de algumas recepções que ali se teriam dado, estava igualmente sujeito a licitação, e não numerado, o trem de cozinha feito pela casa “Cubain” de Paris que permitia confeccionar simultaneamente refeições para mil pessoas. Diz-se que, durante os dez dias que durou o leilão foi constante o desfile de carruagens de curiosos e compradores, tanto portugueses como estrangeiros à porta do marquês.



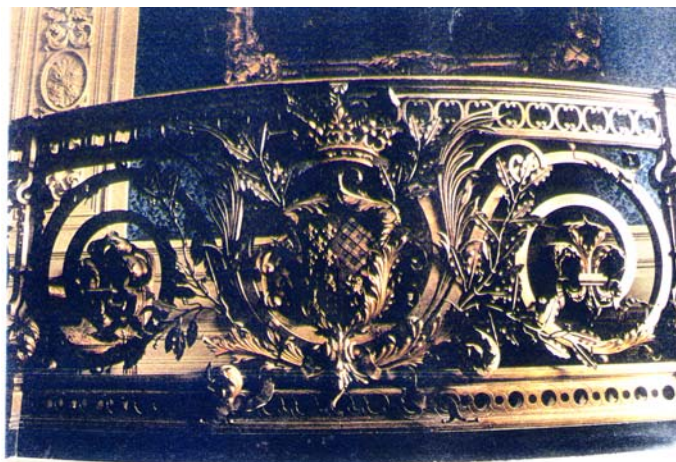
No final ficou quase vazia a que tinha sido a mais faustosa residência de Lisboa. Um sem número de preciosidades tinha sido apeado, desmontado, levado sabe-se lá para onde.

No mesmo ano, a casa foi alugada a Manuel José da Silva, proprietário do “Anuário Comercial”. Em 1908 estava hipotecada ao Crédito Predial e dois anos depois foi comprada pelo primeiro conde de Sucena, empresário, com título de fancia forjado no Brasil.

O marquês da Foz, que trocou a sua casa da Rua das Chagas, onde já em 1840 eram famosos os bailes e as recepções, pela velha e histórica residência dos Castelo Melhor, deixou, poucos anos volvidos, naquele lugar (e usemos

aqui mais uma vez as palavras de Malheiro Dias), como monumento da sua dissipação, o palácio da Avenida.

Os Sucena arrendaram o edifício a ourives e alfaiates, fotógrafos e modistas. Lá funcionaram clubes, salas de espectáculo e até um ginásio, uma oficina e uma leitaria, como numa gigantesca colmeia. Uma parte foi ainda, durante algum tempo, sede da legação norte-americana como atrás já foi dito. Poucos anos depois estava de novo hipotecado, desta vez à Caixa Geral de Depósitos,



que o adquiriu em 1939 para o vender por sua vez à Fazenda um ano mais tarde. Integrado no património Nacional, beneficiou, a partir de 1944, de grandes obras de restauro, nomeadamente a construção de um corpo novo na área dos jardins, sob orientação da Direcção Geral dos Monumentos Nacionais que da empreitada, levada a bom termo, encarregou a equipa dirigida pelo arquitecto Luís Benavente. Foi então destinado a albergar o Secretariado Nacional de Informação, mal instalado então em S. Pedro de Alcântara. Com a chegada de António Ferro converteu-se de novo, graças a Deus, na residência, não de fidalgos desta vez, mas de Cultura e da sua política de incentivos.

ÁTRIO



Transposto o portal norte, entre duas colunas adôçadas, de mármore, com entablamento lavrado e sobre o qual assenta a varanda destacada ornada de pináculos, entra-se hoje para o átrio que foi do grande templo “italiano” e de que já nada resta. A imagem da Senhora da Pureza pode agora contemplar-se na Sé onde, espera-se, tenha terminado a peregrinação que a levou da velha capela quinhentista de Manuel de Castro até à do Palácio, e daí à igreja de S. Lourenço, na Costa do Castelo, de onde saiu por fim, para a Catedral.

VESTÍBULO



À esquerda do vestibulo, em cujo tecto esteve, diz Fialho, pintado o brasão dos marqueses, uma grande porta de vidros abre para a escadaria nobre, ainda hoje a mais sumptuosa do país. A grade é obra das oficinas Moreau de Paris, como aliás tudo o que é serralharia artística naquela ala do Palácio, executada no estilo Luís XIV e inspirada na do Palácio de Luynes. Quem a vê não a esquece

mais, com os seus três lances de ferro forjado, aço polido e bronze fosco, representando, entre volutas e recamos, flabelos de palmas, ramos de loureiro e de oliveira e em cada pano, sob a coroa do marquês, o brasão esquartelado



dos Foz, com as flores-de-lis em santor, as arruelas (e porque não crescentes?) e leões postos em pala, as correlas fretadas e o leão rompante pleno do campo, paradigma dos Castelo Branco. Quanto ao remate, só visto, que não há forma de o descrever. Esta grade é talvez a mais bela obra de metal que há entre nós e o seu esplendor chega a ensombrar as elegantes colunas de mármore de José Onofre, bases e capitéis em bronze dourado que, à entrada do curto vestibulo, forrado de azulejos setecentistas historiados trazidos da antiga fábrica da pólvora em Alcântara, de certa forma lhe dão enquadramento.



GALERIA



A preciosa lâmpada suspensa de bronze e cristal biselado do vão, com mais de um metro de altura e quase dois e meio de diâmetro, como tudo o mais ali Moreau, adornada de atlantes e cabeças de leão, sabe-se que foi mandada fazer por encomenda, inspirada na lanterna, bem mais pequena, da entrada da capela em Versalhes, sendo portanto peça única. Mas a escada, a escada propriamente dita, assim como a galeria que a rodeia em quatro panos e vem sobre ela, ampla e proporcionada de forma magistral, foi por inteiro concebida por Leandro Braga, assim como a talha das paredes e sobreportas e os modelos dos capitéis da colunata. É revestida de mármore da cor do marfim, extraído das pedreiras da zona do Estoril. Sobre ela assenta, em técnica perspectiva, a imitar o fresco, um tecto em sanca de Manini, o cremonense que



escandalizou Lisboa com as inovações que entendeu introduzir nas pinturas cenográficas e na decoração dos panos de boca dos teatros de D. Maria e S. Carlos. O mesmo Manini que projectou o neo-manuelino hotel Palácio do Buçaco, não hesitando em integrar no conjunto tramos de arcos de meio-canhão a que chamou, pasme-se, neo-românticos. Mas isto foi só um aparte. Na escadaria do Palácio do Marquês da Foz pintou ainda, com o auxílio de Baeta, uns grotescos no reverso dos planos inclinados. E por aqui ficamos quanto à descrição do espaço, não sem antes fazermos referência a uma das pinturas que hoje decoram a galeria, e é visível já do vestíbulo:

trata-se do grande óleo de Joardens, representando uma alegoria de Baco, também ela em técnica perspectiva, a romper para espaços impossíveis, com área superior a uma dezena de metros.

Da ala oriental da galeria nasciam, para norte e sul, dois conjuntos de salões. O primeiro, constituído, em substância, por uma biblioteca rodapesada por um alto lambrim flamengo, cujo tecto, em caixotões de carvalho, técnica de “pièce montée”, fora feito no reinado de D. João III e revestiu durante séculos a Sala dos Reis do Convento dos Jerónimos, anexa a um exótico “salão chinês”, peça que o “bon ton” não dispensava nas residências dos notáveis de então. Deste já nada resta hoje. Era, em 1904, gabinete de trabalho do embaixador dos Estados Unidos, Mr. Bryan, cuja legação esteve instalada em boa parte do edifício. Isto conta-nos Malheiro Dias que, aliás, não se cansa de elogiar a acção do diplomata a quem, segundo afirma, “deve Lisboa a conservação da parte mais nobre desse palácio sumptuoso...”.



Para sul da galeria abriu José António Gaspar oito espaços, de diferentes dimensões, que ainda se conservam, sem mencionar os lugares de arrumações e a cozinha.

SALA DA LAREIRA



O primeiro salão, estilo Renascença, com uma janela de sacada para a Avenida, tem para cima de cinco metros e meio de pé direito. Com portas de carvalho, única madeira do aposento, é muito sóbrio, todo rodeado por um lambrim Henrique II de fina talha, com a altura de um homem, oriundo de um palácio de Espanha. Ocupa-o um fogão em mármore embutido ao gosto florentino, cujo interior foi parcialmente revestido de azulejos Bordalo Pinheiro, de corda seca, no estilo dos da Bacalhoa. Sobre ele, o alçado ostenta hoje um retrato oval do Grande Delfim de França, primogénito de Luís XIV e da Rainha Maria Teresa, por Mignard, e, a enquadrar-lhe a moldura, sobre plintos, duas grandes cariátides, de execução perfeita, obras de

Coyzevox, o autor do túmulo de Voltaire. Estas figuras suportam uma cúpula, torneada pela cimalha que envolve toda a sala e adere ao tecto, revestido de caixotões que formam figuras geométricas ornamentadas. De



um hexágono ao centro, pende um candeeiro de bronze, remate do conjunto, todo ele concebido por Leandro Braga, que executou as peças novas, restaurou a talha antiga e aplicou painéis das sobras do lambrim nas almofadas das



portas, emprestando assim, graças ao seu talento, uma harmoniosa unidade ao conjunto.

SALA DOS ESPELHOS

O “Salão Nobre”, esplêndido como nenhum outro no aparato decorativo, com uma área de mais de cento e setenta metros e uma altura de catorze, foi



concebido no estilo Luís XV (regência), mas conservando ainda uma certa sobriedade e equilíbrio Luís XIV. Inspirada na sala dos espelhos de Queluz como ela o foi, salva a proporção, na de Versalhes, nota-se nesta obra máxima



de Leandro Braga a inspiração do pincel de Meissonier. Na parede leste abrem cinco janelas de sacada para a Praça dos Restauradores, nas outras brilham as portas de espelho emolduradas de frisos e talha antiga, restaurada pela mão do mestre. Nos cantos do salão, a suportá-lo, quatro atlantes em tamanho duplo do natural, reproduzidos de um modelo de Simões de Almeida. A decorar o entablamento, que é sustentado por dezasseis pilastras, nas sobreportas, medalhões de Columbano. A cúpula, de sanca acentuada, fecha com uma pintura do século XVII, escola holandesa, inscrita num quadrifólio representando Vénus, Baco e quatro

Amores, atribuída a Weenix. De um e outro lado desta composição, ricamente ornamentados, ainda dois medalhões do pintor português, com temas alegóricos.



SALA LUÍS XVI



Contígua à Sala dos Espelhos, apresenta a mesma disposição, abrindo três janelas sobre a Praça. É bem mais pequena, não lhe chegando a superfície aos setenta metros e ficando-se-lhe a altura pelos sete.

Por isso, e também por prestar clara homenagem à estética de Luís XVI, é talvez a divisão mais confortável do conjunto seja pelo acerto das proporções, pela dimensão dos entrevãos onde hoje se encostam pequenas credências de patim. A cimalha, a primeira até aqui ornamentada a estuque, e bem, obra dos Meira, tem molduras pintadas a claro-escuro por Malhoa e assenta sobre consolas alinhadas como os cachorros das ermidas românicas. É estranho, mas não se pode, ao olhá-las, deixar de pensar nos

graníticos modilhões historiados de Manhente, da Ourada ou de Bravães, tão portugueses de há quase mil anos. Vêem-se aqui, na “Sala Luís XVI”, no pequeno “Salão Dourado” do palacete do Beau Sejour, em Benfica, as três mais genuínas peças concebidas por Leandro Braga.

Será de um tal contraste que nasce esta sensação de conforto, quem sabe... Mas, por mais paradoxal que seja, é impossível deixar passar despercebida a combinação.

O mais é como até aqui a talha, antiga e moderna do escultor, e ao centro, pendente, um grande lustre de cristal de Veneza. Na parede dois óleos do francês Hubert



Robert, o ultra-romântico “Hubert das Ruínas”.



GALERIA DOS BUSTOS

Ao longo do “Salão Nobre”, corre uma larga galeria com janelas a deitar para o jardim, o tecto em caixotões assente sobre pilastras, decorada com bustos, uns romanos, outros da Renascença, sobre plintos adoçados, em brecha.



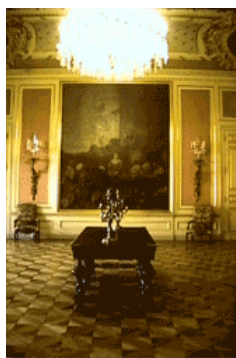
SALA DOS PAINÉIS



A “Sala dos Painéis”, possui dois enormes quadros de Sneyders, da escola flamenga do século XVII, representando cenas de mercado, e mais quatro, dois certamente da sua oficina, e os outros dois franceses, do século XVIII, que só por tradição, creio, se diz representarem D. Catarina de Bragança e Carlos II de Inglaterra (o que, em boa verdade, não podia ser mais justo e acertado).

A sala, de estilo Luís XIV é bastante neutra, tendo, dignos de realce, para além de um grande lustre do século XVIII, duas esplêndidas mísulas de disco, decoradas com as armas da Casa da Áustria e, nos ângulos, medalhões de Malhoa representando os quatro elementos em grandes molduras cordiformes. Pegam com a “Sala dos Painéis” três divisões ainda: o “Salão

Vermelho”, com a sua cachorrada a sustentar a cimalha; outra, agora vazia, que não merece outras referências senão a rica decoração da sanca e os medalhões de canto, de Vilaça, no melhor do seu talento; e a Sala de Jantar.



SALA DE JANTAR



O salão de banquetes é a maior de todas as peças do conjunto, com uma grande porta de vidros que dá para o terraço, debruçado sobre o jardim, enquadrada por uma imponente colunata de mármore. É do mais puro estilo Luís XIV, com figuras de corpo inteiro armadas em estuque, na sanca, e o asto tecto dourado decorado com arabescos de Caccia, do qual pendem três grandes lustres de cristal de Veneza, iguais ao da “Luís XVI”.



Nos topos, pinturas decorativas italianas apropriadas ao espaço e nas paredes mais talha, agora representando símbolos bélicos a trepar pelo pé direito da grande sala.

BIBLIOTECA

No Palácio Foz funcionou, como Depósito Legal, uma importante Biblioteca, contando-se entre as suas espécies bibliográficas dois dos mais valiosos núcleos do País.

O primeiro é a Livraria Duarte de Sousa, adquirida pelo Estado em 1951 e integrada, como património nacional, no então Secretariado Nacional da Informação. António Alberto Marinho Duarte de Sousa, o seu criador, deu preferência, ao reunir esta colecção, aos trabalhos de autores estrangeiros sobre Portugal e também aos editados por autores portugueses noutros países.

Esta importante colecção foi recentemente transferida para a Biblioteca Nacional. É constituída por duas mil e quinhentas obras dos séculos XVI a XX, entre as quais se contam três incunábulos de alto valor, uma colectânea de manuscritos sobre a Casa de Saboia e a anulação do casamento de D.Afonso VI, um conjunto de cartas de Wellington, alguns despachos de Napoleão, livros raros dos séculos XVI e XVII e edições notáveis dos três últimos séculos. São nela especialmente focados acontecimentos relevantes da História de Portugal, tais como os Descobrimentos, os sucessos da Companhia de Jesus, a acção Pombalina, a Guerra Peninsular e as lutas liberais.

A consulta da Livraria Duarte de Sousa é especialmente interessante quando se pretende fazer um estudo de análise comparativa de certas obras, já que a integram edições de proveniências diversas, nos respectivos idiomas e impressas ao longo dos séculos.

O segundo é a Biblioteca Dulce Ferrão, um conjunto de mais de vinte e seis mil volumes, fundamentalmente dedicado à Literatura e História Política de Portugal, no período da primeira república (1910 – 1926), para além de outros temas ligados à problemática da comunicação social, de acordo com a vocação do seu criador, o jornalista Carlos Ferrão. Este acervo é desde 1999, propriedade do Ministério da Cultura.

ABADIA

Em Abril de 1917 foi inaugurado no velho edifício do Palácio Castelo Melhor, então propriedade dos condes de Sucena, um estabelecimento denominado Pastelaria Foz, propriedade da firma Leitão & C^a. Ocupava diversas dependências do andar térreo e também a cave, onde ficou instalado um restaurante anexo, a “Abadia”. Esta obra, concebida segundo o gosto tão discutido dos primeiros anos deste século, só conserva em estado satisfatório menos de metade da área original. Trata-se de um exemplar demonstrativo da interpretação que os arquitectos e decoradores portugueses então faziam do gosto “belle époque”, em que o “revivalismo” de sabor medieval europeu, aparece metamorfoseado na atracção por um manuelino sobrecarregado de formas e repassado de elementos simbolistas.



A identificação dos seus criadores confere, desde logo, considerável prestígio à obra. Deve-se o traçado a Rosendo Carvalheira, um dos mais consagrados arquitectos do seu tempo.

Se se tiver em consideração que, na Lisboa dos primeiros anos deste século, mais de 60% dos edifícios foram desenhados por construtores civis, sendo dispensada a participação de arquitectos, não se pode deixar de reconhecer o empenho posto na concepção deste projecto que, obviamente se pretendia “ajourné”....

A Pastelaria Foz ocupava grande parte do andar térreo do Palácio Castelo Melhor, sendo servida por três das cinco portas da fachada (já demolidas), executadas por Domingos Costa em cantaria e ferragens, ornamentadas com motivos zoomórficos e de carácter vegetalista. Nelas trabalharam igualmente Jesus Peres Mora, Emílio Campos e elementos das oficinas Jacob Lopes da Silva & C^a.

O salão da pastelaria, que também já não existe, era uma pastiche concebida ao gosto Luís XV e rocaille, por Viriato da Silva, com a colaboração do escultor José Neto.

A Abadia subsiste ainda, como já se disse. Está dividida em três partes – o CLAUSTRUM (com a sua “taberna vínica”, conforme se pode ler num dístico em ferro forjado), o REFECTORIUM (inspirado nos claustros do românico cisterciense peninsular) e as “celas”, pequenas dependências de carácter reservado suspensas sobre o “Claustrum”.



No conjunto, é pelo menos inegável o carácter insólito destas dependências, carregadas de elementos decorativos de um revivalismo chocante numa demonstração clara de que entre nós também se procedeu, como em quase toda a Europa da época, à procura febril de uma “nova estética”. Escultores como Costa Mota e José Neto, pintores como Domingos Costa, Luís Borges e José Bazalisa não hesitaram em criar novas colunas “toscanas” com capitéis dourados em cujas folhas de acanto se entrevêm cenas das fábulas de La Fontaine, tramos de naves góticas com colunatas policromadas, encordoados

manuelinos asfixiando grifos e dragões, recolhidos de sagas escandinavas ou, ao menos, das iluminuras de códigos e incunábulo peninsulares. Nas cachorradas do “Refectorium” representaram bustos de personalidades decerto bem conhecidas na época (algumas ostentam símbolos de lojas macónicas), que seria curioso tentar identificar, e nas mísulas do “Clastrum” associaram aos temas clássicos cabeças de elefante de trombas entrelaçadas.

O que hoje resta do conjunto dos dois estabelecimentos é, de facto, exemplo dos mais sugestivos da acção dos arquitectos e decoradores portugueses do princípio do sec. XX. Se do ponto de vista estético divergem as opiniões, há que reconhecer, ao menos, o seu inegável valor como testemunho. No campo do revivalismo, na exploração de uma nova estética “barroquista”, na aplicação do “insólito” às artes decorativas nunca fomos, na verdade, tão longe...

SALA DA PRAÇA



*Sala da Praça, contígua à Sala dos Painéis
(utilizada normalmente para reuniões)*

JARDINS INTERIORES



Jardim e pátio interior do Palácio, vistos a partir do terraço situado entre a Sala de Jantar e a Biblioteca